

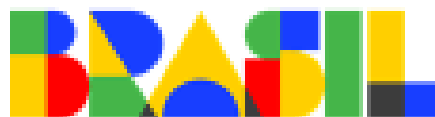
RELATÓRIO CONTÁBIL

2023

1º TRIMESTRE

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Carlos Fávaro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Irajá Rezende de Lacerda

SUBSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

Fernando Magalhães Soares Pinto

**COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO -
CGGI**

Otto Cavalcante Medina

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

José Calazans dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro
Divino Lúcio de Almeida
Jaqueline Pereira de Faria Silva
José Maria Magalhães Dias
Maria Luiza Carvalho Cunha
Norma de Deus e Costa
Paulo Alves de Santana Neto
Paulo Sousa Silva
Renata de Oliveira Pinheiro
Rodrigo Pinheiro Brandão
Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 1, DE 26 DE ABRIL DE 2023

Aprova o Relatório Contábil do 1º Trimestre de 2023 –
Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e
Pecuária - MAPA.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. **APROVAR** o texto final do **Relatório Contábil** contendo as **Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2023 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA**, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio do mesmo em atendimento às determinações do TCU.

CCONT/MAPA:

JOSÉ CALAZANS DOS SANTOS – Coordenador



Documento assinado digitalmente
JOSE CALAZANS DOS SANTOS
Data: 27/04/2023 18:25:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente
JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA
Data: 27/04/2023 19:15:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SAMYA CAROLINA SOARES COSTA – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente
SAMYA CAROLINA SOARES COSTA
Data: 27/04/2023 17:59:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALAN RODRIGUES PINHEIRO – Chefe de Serviço



Documento assinado digitalmente
ALAN RODRIGUES PINHEIRO
Data: 27/04/2023 19:31:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RENATA DE OLIVEIRA PINHEIRO – Chefe de Serviço



Documento assinado digitalmente
RENATA DE OLIVEIRA PINHEIRO
Data: 27/04/2023 19:01:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CGGI/MAPA:

OTTO CAVALCANTE MEDINA – Coordenador-Geral



Documento assinado digitalmente
OTTO CAVALCANTE MEDINA
Data: 28/04/2023 08:20:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SPOA/MAPA:

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO – Subsecretário

Sumário

1) Lista de Siglas	5
2) Contexto Operacional	6
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA	8
3.1) Sistemas da Área Fim	8
3.2) Sistemas da Área Meio	9
4) Demonstrações Contábeis	10
4.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	12
4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	14
4.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	16
4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	18
5) Notas Explicativas	19
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	19
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	19
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis.....	24
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa.....	24
5.5) Partes Relacionadas.....	24
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	30
6.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	30
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	40
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais.....	41
Nota nº 003 - Provisões.....	43
Nota nº 004 - Imobilizado	45
Nota nº 005 - Intangível.....	48
Nota nº 006 - Investimentos	54
6.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	58
6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	62
6.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	68
6.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	68
6.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	64
7) Referências	65
7.1) Bibliográficas.....	70
7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA.....	70

1) Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	ME	Ministério da Economia
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MEP	Método da Equivalência Patrimonial
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
AGU	Advocacia-Geral da União	NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	NE	Nota de Empenho
BB	Banco do Brasil	NL	Nota de Lançamento
BCB	Banco Central do Brasil	NS	Nota de Sistema
BGS	Boletim de Pessoal e Serviços	OB	Ordem Bancária
BGU	Balanco Geral da União	OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
BINAGRI	Biblioteca Nacional de Agricultura	OGU	Orçamento Geral da União
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
BO	Balanco Orçamentário	PF	Programação Financeira
BP	Balanco Patrimonial	PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	RCGP	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional	REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
CCONT	Coordenação de Contabilidade	RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A	RGPS	Regime Geral de Previdência Social
CEF	Caixa Econômica Federal	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	RPP	Restos a Pagar Processados
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
CGAQ	Coordenação-Geral de Aquisições	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
CGLI	Coordenação-Geral de Logística Institucional	SE	Secretaria-Executiva
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
CGU	Controladoria-Geral da União	SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	SECEX	Secretaria de Controle Externo
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN	SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
COSIS	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
DA	Departamento de Administração	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
DAF	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
DARF	Documento de Arrecadação Federal	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
DGG	Departamento de Governança e Gestão	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
DISME	Distrito de Meteorologia	SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
DTI	Departamento de Tecnologia da Informação	SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais	SPA	Secretaria de Política Agrícola
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
ENAGRO	Escola Nacional de Gestão Agropecuária	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	SPIUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
GF	Gestor Financeiro	TCE	Tomada de Contas Especial
GRU	Guia de Recolhimento da União	TCU	Tribunal de Contas da União
GPS	Guia da Previdência Social	TDA	Título da Dívida Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TG	Tesouro Gerencial
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia	UG	Unidade Gestora
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal	UGE	Unidade Gestora Executora
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	UGR	Unidade Gestora Responsável
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária	VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
LOA	Lei Orçamentária Anual	VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	VTN	Valor da Terra Nua
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços		

2) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023 e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) informação agropecuária;
- d) defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados, e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aqüicultura e agroindústria;
- f) conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) assistência técnica e extensão rural;
- h) irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) desenvolvimento rural sustentável;
- k) conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário e aos sistemas agroflorestais;
- l) boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural; e
- o) negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgão colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- c) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais;

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Deliberativo de Política Agrícola; e
- f) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

A entidade Vinculada – Empresa Pública:

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

3.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual

DCPOA - Declaração de Produtos de Origem Animal

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias

e-SISBI-SGE - Sistema de Gestão de Estabelecimento

e-SISBI-SGSI - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos

SIGPbc - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários

SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

SNPC - Cultivar Web

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SQFI - Sistema de Quarentena Fitossanitária

WikiSDA - Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SELO ARTE - **SGSA** - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA

RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E

AGRICULTURA FAMILIAR - MDA

SIGORG - Módulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Módulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada

3.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DO MINISTRO – GM

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Portal MAPA - Pagina web da Internet

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E

FEDERATIVOS – AEAPF/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos

AVA ENAGRO VIRTUAL

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços

LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Camaras Setoriais e Tematicas

SIGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SisGP - Sistema de Gestão de Pessoas (Programa de gestão)

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI/SE

APP PMO – TI- Aplicativo para Gerenciamento de Projetos

ATENDENTI – Sistema Gerenciador de Chamados

ATENTICAÇÃO – Sistema de Controle de Acesso

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

MANUAIS - STI

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

NORMATIVOS – Segurança da Informação na Seção do DTI no SistemasWEB

SCAWEB – Sistema de Controle de Acesso

SIGESTI – Sistema de Gestão de TI

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

SOLICITA – Sistema de Solicitação de Acesso

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferência

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voipe sobre IP

4) Demonstrações Contábeis

4.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de real

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	5.994,66	11.049,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.511,31	7.285,23
Créditos a Curto Prazo	418,03	3.583,78
Clientes	2,15	5,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.738,27
Demais Créditos e Valores	415,87	1.842,94
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-3,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,38
Estoques	64	179,68
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.511,73	261.628,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.353,65	26.725,04
Créditos a Longo Prazo	6.353,65	26.725,04
Clientes	201,35	201,38
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.716,24	16.421,43
Dívida Ativa Não Tributária		138,87
Demais Créditos e Valores	439,49	9.967,04
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-3,42	-3,69
Investimentos	7,77	14,07
Participações Permanentes	7,77	12,07
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5,92	20,68
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-10,47
Propriedades para Investimento		2,00
Propriedades para Investimento	-	2,85
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-0,85
Imobilizado	5.050,93	234.754,32
Bens Móveis	874,61	1.168,13
Bens Móveis	2.009,05	2.541,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.111,02	-1.346,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-26,81
Bens Imóveis	4.176,32	233.586,20
Bens Imóveis	4.574,06	234.229,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-397,73	-643,59
Intangível	99,37	134,91
Softwares	98,81	134,14
Softwares	149,05	187,35
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-50,24	-53,20
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,28	0,49
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28
TOTAL DO ATIVO	17.506,39	272.677,41

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	1.584,09	2.829,00
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	824,93	996,76
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	4,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	94,27	167,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,08	21,81
Transferências Fiscais a Curto Prazo	446,22	443,21
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	218,59	1.195,13
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	982,70	2.380,34
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	666,84	1.143,64
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	920,83
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.566,79	5.209,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2022
Patrimônio Social e Capital Social	3.104,10	3.406,90
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	24,37	17,43
Reservas de Capital	0,01	0,01
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	43,92
Demais Reservas	-	12,76
Resultados Acumulados	11.811,13	263.987,06
Resultado do Exercício	314,23	2.054,24
Resultados de Exercícios Anteriores	16.829,56	261.874,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.332,65	48,63
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.939,60	267.468,07
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.506,39	272.677,41

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB –março/2023

QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	5.529,92	7.578,98	PASSIVO FINANCEIRO	11.741,41	8.455,10
ATIVO PERMANENTE	11.976,47	265.098,43	PASSIVO PERMANENTE	1.600,95	3.996,94
			SALDO PATRIMONIAL	4.164,03	260.225,37

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.761,98	5.255,54	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.387,50	9.869,45
Atos Potenciais Ativos	4.761,98	5.255,54	Atos Potenciais Passivos	8.387,50	9.869,45
Garantias e Contragarantias Recebidas	128,47	196,51	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	4.313,71	4.736,73	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.650,51	5.133,42
Direitos Contratuais	319,79	322,51	Obrigações Contratuais	2.736,99	4.736,03
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	4.761,98	5.162,43	TOTAL	8.387,50	9.869,45

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.629,09
Recursos Vinculados	1.417,59
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-0,47
Previdência Social (RPPS)	-1.632,00
Receitas Financeiras	-1.198,25
Dívida Pública	25,88
Alienação de Bens e Direitos	4.222,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	0,02
Outros Recursos Vinculados	-6.211,50
TOTAL	-7.629,09

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB –Março/2023

4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de real

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.309,24	10.313,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3,76	15,20
Taxas	3,76	15,20
Contribuições	1,78	524,15
Contribuições Sociais	1,69	518,32
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,09	5,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	14,43	55,31
Venda de Mercadorias	0,85	21,49
Vendas de Produtos	0,01	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13,57	33,82
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	218,27	178,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	79,15	31,76
Juros e Encargos de Mora	0,09	6,19
Variações Monetárias e Cambiais	4,38	3,69
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	134,65	136,91
Transferências e Delegações Recebidas	6.955,80	8.789,70
Transferências Intragovernamentais	6.941,97	8.721,65
Transferências Intergovernamentais	-	0,70
Transferências das Instituições Privadas	-	3,19
Transferências do Exterior	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13,84	64,16
Reavaliação de Ativos	32,13	611,27
Ganhos com Alienação	0,20	0,23
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,88	16,54
Ganhos com Desincorporação de Passivos	19,02	178,51
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	12,03	415,96
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	0,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	83,06	139,33
Resultado Positivo de Participações	0,16	21,27
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,29	4,65

Continuação DVP

	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.995,02	10.104,06
Pessoal e Encargos	1.103,42	1.539,50
Remuneração a Pessoal	823,24	1.106,25
Encargos Patronais	261,41	361,58
Benefícios a Pessoal	18,49	27,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,27	44,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	527,37	699,93
Aposentadorias e Reformas	313,13	434,90
Pensões	208,21	254,29
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6,04	10,74
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	211,08	323,43
Uso de Material de Consumo	18,73	29,41
Serviços	166,19	261,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	26,15	32,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7,58	1,82
Juros e Encargos de Mora	0,01	0,02
Variações Monetárias e Cambiais	0,86	0,82
Descontos Financeiros Concedidos	0,74	0,44
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5,97	0,55
Transferências e Delegações Concedidas	5.049,16	6.717,68
Transferências Intragovernamentais	4.951,16	6.514,55
Transferências Intergovernamentais	86,20	111,96
Transferências ao Exterior	0,04	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11,77	91,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	69,74	733,37
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,10	0,27
Perdas com Alienação	0,04	0,36
Perdas Involuntárias	0,56	2,72
Incorporação de Passivos	10,08	619,01
Desincorporação de Ativos	58,97	111,01
Tributárias	1,19	5,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,12	4,88
Contribuições	0,08	0,39
Custo - Mercadorias, Produtos Venda. e dos Serviços Prestados	0,50	45,40
Custo das Mercadorias Vendidas	0,50	45,40
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24,96	37,67
Incentivos	0,03	0,44
Subvenções Econômicas	-	8,52
Constituição de Provisões	22,53	26,11
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2,40	2,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	314,23	209,43

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2023

4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.330,73	1.330,73	246,74	-1.083,99
Receitas Tributárias	19,28	19,28	2,98	-16,31
Taxas	19,28	19,28	2,98	-16,31
Receitas de Contribuições	246,49	246,49	1,25	-245,24
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	246,49	246,49	1,25	-245,24
Receita Patrimonial	542,68	542,68	129,17	-413,50
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4,65	4,65	0,88	-3,77
Valores Mobiliários	538,03	538,03	128,29	-409,74
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	18,54	18,54	0,87	-17,67
Receita Industrial	0,01	0,01	0,02	0,01
Receitas de Serviços	408,05	408,05	92,20	-315,86
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	55,61	55,61	13,05	-42,56
Serviços e Atividades Financeiras	352,44	352,44	79,15	-273,30
Transferências Correntes	4,05	4,05	-	-4,05
Outras Receitas Correntes	91,62	91,62	20,25	-71,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	78,89	78,89	13,64	-65,25
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,11	0,11	3,66	3,55
Demais Receitas Correntes	12,62	12,62	2,95	-9,67
RECEITAS DE CAPITAL	15,88	15,88	1.522,58	1.506,70
Operações de Crédito	15,60	15,60	-	-15,60
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	15,60	15,60	-	-15,60
Alienação de Bens	0,06	0,06	1,10	1,04
Alienação de Bens Móveis	0,06	0,06	1,10	1,04
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	1.521,49	1.521,49
Transferências de Capital	0,22	0,22	-	-0,22
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.346,61	1.346,61	1.769,32	422,71
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.346,61	1.346,61	1.769,32	422,71
DEFICIT	-	-	5.179,53	5.179,53
TOTAL	1.346,61	1.346,61	6.948,85	5.602,24
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	10.382,83	9.492,83	6.936,61	1.620,36	1.193,24	2.556,23
Pessoal e Encargos Sociais	6.641,28	6.641,28	6.562,41	1.528,06	1.120,58	78,86
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.741,55	2.851,55	374,19	92,30	72,66	2.477,36
DESPESAS DE CAPITAL	7.757,42	7.488,45	12,24	0,06	0,06	7.476,21
Investimentos	1.381,95	1.112,98	12,24	0,06	0,06	1.100,74
Inversões Financeiras	6.375,47	6.375,47	-	-	-	6.375,47
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	221,45	221,45	-	-	-	221,45
SUBTOTAL DAS DESPESAS	18.361,70	17.202,74	6.948,85	1.620,43	1.193,31	10.253,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	18.361,70	17.202,74	6.948,85	1.620,43	1.193,31	10.253,89
TOTAL	18.361,70	17.202,74	6.948,85	1.620,43	1.193,31	10.253,89

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2023

ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	81,97	282,02	137,10	115,80	4,39	243,81
Pessoal e Encargos Sociais	3,66	4,13	3,14	3,11	-	4,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	78,30	277,89	133,96	112,69	4,39	239,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.721,43	3.301,65	322,85	243,74	475,58	5.303,76
Investimentos	2.262,53	2.544,10	92,99	13,88	16,68	4.776,07
Inversões Financeiras	458,90	757,54	229,86	229,86	458,90	527,69
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.803,40	3.583,67	459,95	359,54	479,96	5.547,56

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	65,06	500,61	493,60	0,18	71,89
Pessoal e Encargos Sociais	0,21	435,77	435,43	-	0,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64,85	64,84	58,18	0,18	71,34
DESPESAS DE CAPITAL	86,66	280,22	5,91	1,20	359,77
Investimentos	86,66	280,22	5,91	1,20	359,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	151,72	780,83	499,52	1,37	431,66

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2023

4.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	1.769,32	1.646,50	Despesas Orçamentárias	6.948,85	5.810,30
Ordinárias	-	136,14	Ordinárias	4.784,16	3.987,99
Vinculadas	1.858,07	1.466,45	Vinculadas	2.164,69	1.822,31
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		126,42
Alienação de Bens e Direitos	1,10	25,46	Previdência Social (RPPS)	2.127,07	1.166,66
Transferências Constitucionais e Legais		2,93	Receitas Financeiras		29,60
Outros Recursos Vinc.a Fundos, Órgãos e Programas	1.856,97	1.437,91	Dívida Pública	1,24	
Recursos a Classificar		0,14	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	36,37	499,63
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-88,75	43,91			
Transferências Financeiras Recebidas	6.496,21	8.620,20	Transferências Financeiras Concedidas	4.511,67	6.410,47
Resultantes da Execução Orçamentária	3.965,94	5.781,06	Resultantes da Execução Orçamentária	2.296,71	3.615,72
Cota Recebida	1.678,77	2.153,00	Repasse Concedido	721,11	1.275,53
Repasse Recebido	711,60	1.287,94	Sub-repasse Concedido	1.573,60	2.339,43
Sub-repasse Recebido	1.573,60	2.339,43	Cota Devolvida	0,04	0,07
Repasse Devolvido	0,03	0,01	Repasse Devolvido	0,03	0,01
Sub-repasse Devolvido	1,94	0,68	Sub-repasse Devolvido	1,94	0,68
Independentes da Execução Orçamentária	2.530,27	2.839,14	Independentes da Execução Orçamentária	2.214,96	2.794,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	642,50	1.116,05	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	316,47	536,20
Demais Transferências Recebidas	21,85	470,90	Demais Transferências Concedidas	20,50	474,04
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.865,70	1.252,20	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.875,47	1.784,51
Movimentações para Incorporação de Saldos	0,21		Movimentações para Incorporação de Saldos	2,51	
Recebimentos Extraorçamentários	5.806,41	4.239,62	Pagamentos Extraorçamentários	860,53	1.874,07
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	427,12	609,70	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	499,52	674,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.328,42	3.541,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	359,54	1.162,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-0,38	30,39	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1,37	34,82
Outros Recebimentos Extraorçamentários	51,25	58,26	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,11	2,74
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,28	0,31	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,11	
Restituições a Pagar		0,15	Valores Compensados		0,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Demais Pagamentos		2,73
Arrecadação de Outra Unidade	45,28	57,80			
Valores para Compensação	0,70				
Demais Recebimentos	4,99				
Saldo do Exercício Anterior	3.760,42	7.405,59	Saldo para o Exercício Seguinte	5.511,31	7.817,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.760,42	7.405,59	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.511,31	7.817,08
TOTAL	17.832,36	21.911,92	TOTAL	17.832,36	21.911,92

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2023

4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de real

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,31	-	-	-	599,83	-	-	600,14
Aumento/Redução de Capital	55,67	-38,55	-	-	-	-	-	-	17,12
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	13,60	-	-	13,60
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.119,74	-	-	2.119,74
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	43,92	-	-608,72	-	-	-564,80
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-13,68	-	-	-13,68
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	0,02	-	-	0,02
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	3.406,90	17,43	0,01	43,92	12,76	263.987,06	-	-	267.468,07

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	3.104,10	17,43	-	-	-	17.159,91	-	-	20.281,43
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,06	-	-	-	-176,09	-	-	-176,03
Aumento/Redução de Capital	-	6,88	-	-	-	-	-	-	6,88
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-5.471,38	-	-	-5.471,38
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	314,23	-	-	314,23
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-15,53	-	-	-15,53
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	3.104,10	24,37	-	-	-	11.811,13	-	-	14.939,60

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2023

4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de real

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	471,26	459,06
INGRESSOS	6.793,54	9.484,86
Receita Tributária	2,98	10,64
Receita de Contribuições	1,25	525,12
Receita Patrimonial	0,88	10,51
Receita Agropecuária	0,87	1,33
Receita Industrial	0,02	-
Receita de Serviços	92,20	49,97
Remuneração das Disponibilidades	128,29	135,53
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20,25	39,32
Transferências Recebidas	-	3,89
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	3,89
Outros Ingressos Operacionais	6.546,80	8.708,54
Ingressos Extraorçamentários	-0,38	30,39
Restituições a Pagar	-	0,15
Transferências Financeiras Recebidas	6.496,21	8.620,20
Arrecadação de Outra Unidade	45,28	57,80
Valores para Compensação	0,70	-
Demais Recebimentos	4,99	-
DESEMBOLSOS	-6.322,28	-9.025,79
Pessoal e Demais Despesas	-1.601,43	-2.227,03
Administração	-0,02	-0,03
Defesa Nacional	-0,06	-
Assistência Social	-	-118,16
Previdência Social	-493,04	-678,72
Direitos da Cidadania	-0,17	-0,55
Urbanismo	-	-
Gestão Ambiental	-6,04	-9,71
Ciência e Tecnologia	-0,05	-0,04
Agricultura	-1.096,82	-1.239,72
Organização Agrária	-1,82	-130,16
Indústria	-	-0,02
Comércio e Serviços	-	-
Energia	-	-
Encargos Especiais	-3,68	-50,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,28	0,31
Transferências Concedidas	-207,70	-350,74
Intergovernamentais	-6,82	-96,04
A Estados e/ou Distrito Federal	-3,76	-13,09
A Municípios	-3,06	-82,95
Intragovernamentais	-190,40	-244,56
Outras Transferências Concedidas	-10,49	-10,14
Outros Desembolsos Operacionais	-4.513,14	-6.448,02
Dispêndios Extraorçamentários	-1,37	-34,82
Pagamento de Passivos Recebidos	-0,11	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.511,67	-6.410,47
Valores Compensados	-	-0,02
Demais Pagamentos	-	-2,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.279,63	-47,58
INGRESSOS	1.522,58	870,19
Alienação de Bens	1,10	24,67
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.521,49	845,52
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-242,95	-917,76
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12,34	-10,67
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-229,86	-788,32
Outros Desembolsos de Investimentos	-0,75	-118,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.750,89	411,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.760,42	7.405,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.511,31	7.817,08

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – MARCO/2023

5) Notas Explicativas

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4) Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no FUNCAFÉ, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6) Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.12) Empréstimos e Financiamentos

Compreende as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que se referem a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

5.2.13) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo na Embrapa.

5.2.14) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis neste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019, a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9.667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O Decreto nº 10.253, de 20/02/2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O Decreto nº 11.231, de 10/10/2022, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O Decreto nº 11.332, DE 01/01/2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

5.5) Partes Relacionadas

EMBRAPA – Posição Mar/2023

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 2 mil e R\$ 39 mil, com média salarial de R\$ 21 mil. No levantamento foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio/quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística.

Quantitativo de empregados

A quantidade de empregados contratados até 31 de dezembro de 2023 é de 7.866.

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal de dirigentes é fixa de R\$ 31 mil com adicionais de um terço de férias e pagamento de 13º salário. Não é praticada a remuneração variável na Embrapa.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria-Executiva.

A remuneração média mensal dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria é de R\$ 3,4 mil.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa colocou à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na tabela abaixo demonstram-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	78.097	54.817	132.914
Embrapa-FlexCeres	53.754	60.597	114.348
Total	131.851	115.411	247.262

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os benefícios cobertos pelos dois planos são as aposentadorias programadas, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão ou detenção, a pensão por morte e o pecúlio por morte. O patrimônio de cobertura dos planos é informado nas Tabelas 02 e 03.

Tabela 02. Plano Embrapa Básico – em dezembro de 2022

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	5.827.336
Provisões matemáticas (B)	5.641.644
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	185.692
Ajuste de precificação (D) ⁽¹⁾	347.456
Superávit total acumulado = (C + D)	533.149

⁽¹⁾O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Tabela 03. Plano Embrapa-FlexCeres – em dezembro de 2022

R\$ mil

Item	Total
Patrimônio de cobertura do plano (A)	1.681.007
Provisões matemáticas (B)	1.681.007
Equilíbrio técnico contábil C = (A - B)	-
Ajuste de precificação (D) ⁽¹⁾	14.758
Superávit total acumulado = (C + D)	14.758

⁽¹⁾O ajuste de precificação corresponde à diferença do valor contábil dos títulos públicos marcados a vencimento e o valor calculado desses títulos, considerando-se a taxa de juros real do plano de benefícios.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de dezembro de 2022 com 11.830 participantes e assistidos, sendo 7.388 no plano Embrapa Básico e 4.442 no plano Embrapa-FlexCeres (Tabela 04).

Tabela 04. Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 31 de dezembro de 2022.

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	2.309	5.079	7.388
Embrapa-FlexCeres	4.203	239	4.442
Total	6.512	5.318	11.830

Plano de saúde– Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Casembrapa) foi constituída em outubro de 2007 como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

Em 31 de dezembro de 2022, a Casembrapa possuía 21.797 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (2021), houve uma redução no número de beneficiários de aproximadamente 1,15%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

- a) **Ativos:** composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes.
- b) **Assistidos:** composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa –, viúvos (as) e respectivos dependentes.

A contribuição dos inativos é composta por: 5,19% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) mais a parte patronal paga pelos inativos: R\$ 292,03 (per capita) mais coparticipação quando houver utilização.

Nas Tabelas 6 a 10 demonstram-se as despesas, as receitas (de janeiro a dezembro de 2022), o resumo do balanço patrimonial e o resultado do exercício do plano Casembrapa.

Tabela 06. Casembrapa – Despesas realizadas (janeiro a dezembro de 2022)

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	8.171	255	337	8.763
De 19 a 23 anos	2.691	250	13	2.955
De 24 a 28 anos	2.152	15	266	2.434
De 29 a 33 anos	648	25	172	845
De 34 a 38 anos	4.593	26	216	4.840
De 39 a 43 anos	7.599	185	128	7.912
De 44 a 48 anos	7.945	246	71	8.262
De 49 a 53 anos	9.596	1.368	200	11.163
De 54 a 58 anos	15.254	2.458	41	17.753
59 anos ou mais	30.425	60.476	-	90.902
TOTAL	89.080	65.340	1.446	155.830

Tabela 07. Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a dezembro de 2022)

R\$ mil

Faixa etária	Mensalidade			Patronal		Total
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	Embrapa – PDI	
De 0 a 18 anos	-	-	297	15.632	266	16.195
De 19 a 23 anos	-	-	170	3.899	189	4.258
De 24 a 28 anos	-	-	8	191	4	202
De 29 a 33 anos	118	-	2	591	22	732
De 34 a 38 anos	2.654	-	14	2.750	17	5.436
De 39 a 43 anos	8.601	22	87	6.329	49	15.087
De 44 a 48 anos	9.979	43	109	6.552	61	16.744
De 49 a 53 anos	9.333	78	198	6.356	123	16.088
De 54 a 58 anos	10.692	344	575	7.431	365	19.115
59 anos ou mais	17.668	16.344	10.322	10.561	4.220	59.115
Total	59.045	16.820	11.781	60.292	5.317	153.256

Tabela 08. Receita realizada do plano Casembrapa (janeiro a dezembro de 2022)

R\$ mil

Faixa etária	Mensalidade	Patronal	Total
	Associado Casembrapa	Casembrapa	
De 0 a 18 anos	2	315	317
De 19 a 23 anos	2	45	47
De 24 a 28 anos	17	49	66
De 29 a 33 anos	41	78	119
De 34 a 38 anos	68	145	213
De 39 a 43 anos	52	116	168
De 44 a 48 anos	26	66	92
De 49 a 53 anos	7	16	23
De 54 a 58 anos	13	18	31
59 anos ou mais	-	5	5
Total	228	853	1.081

Tabela 09. Casembrapa – Resumo do balanço patrimonial em dezembro de 2022

R\$ mil

Balanço	Dez./2022	Dez./2021
Ativo	122.886	132.657
Ativo circulante	122.245	132.078
Ativo não circulante	641	579
Passivo	122.886	132.657
Passivo circulante	38.132	26.456
Patrimônio líquido	84.754	106.201

Tabela 10. Casembrapa – Demonstração do resultado do exercício em dezembro de 2022

R\$ mil

Demonstração do resultado	Dez./2022	Dez./2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	132.711	82.22
Receita com Operações de Assistência à Saúde	132.711	82.222
Contraprestações Emitidas / Prêmios Emitidos	154.337	152.399
(-) Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida	-9.784	-70.177
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	-11.843	-
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	-147.131	-74.275
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-146.510	-72.884
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-621	-1.391
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-14.420	7.947
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	9.280	8.583
Outras Receitas Operacionais	9.280	8.583
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	-1.634	-1.509
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-748	-1.086
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-885	-423
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	-9.278	-7.963
Despesas com Operações de Assistência à Saúde	-9.278	-7.963
RESULTADO BRUTO	-16.052	7.058
Despesas Administrativas	-15.443	-13.483
Resultado Financeiro Líquido	10.033	4.028
Receitas Financeiras	12.277	4.754
Despesas Financeiras	-2.243	-727
Resultado Patrimonial	15	-
Receitas Patrimoniais	15	-
Despesas Patrimoniais	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	-21.446	-2.397
RESULTADO LÍQUIDO	-21.446	-2.397

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1) BALANÇO PATRIMONIAL

A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	31/03/2023	31/12/2022	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	5.994,66	11.049,07	-45,74%	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.511,31	7.285,23	-24,35%	91,94%
Créditos a Curto Prazo	418,02	3.583,78	-88,34%	6,97%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,38	0,38	0%	0%
Estoques	64,95	179,68	-63,85%	1,08%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	0	-	-

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 17,51 bilhões**, o Ativo Circulante, diferente de anos anteriores, passou a ocupar grau maior de representatividade, pois seu saldo de **R\$ 5,994 bilhões** representa 34,23%, mesmo após sofrer forte redução da ordem de 45,74% com relação a dezembro de 2022.

➤ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	Mar/2023		Dez/2022	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.468,42	81,08%	3.017,33	41,42%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	-	-	2.542,73	34,90%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	620,46	11,26%	1.030,45	14,14%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	-	-	43,72	0,60%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	358,49	6,50	572,39	7,86%
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	59,36	1,08%	67,40	0,93%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	-	-	5,38	0,07%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,48	0,08%	4,59	0,06%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	-	-	1,13	0,02%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,09	0%	0,10	0%
Totais	5.511,31	100%	7.285,23	100%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 81,08% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre apresenta o saldo de **R\$ 5,511 bilhões**, destacando-se o valor de R\$ 4,468 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa 81,08% do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União. Quanto aos **Títulos da Dívida Agrária**, todos os saldos relativos a essa conta foram transferidos para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em virtude da saída do Incra, por conta da reestruturação dos órgãos promovida pelo governo empossado no dia 01/01/2023. Desse modo, para o próximo trimestre, essa conta não deve figurar entre as demais por não ter nenhuma aplicação para as atividades realizadas no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 5,51 bilhões

- ➔ Moeda Nacional em 31/03/2023 **R\$ 5,51 bilhões**
- ➔ Moeda Estrangeira em 31/03/2023 **R\$ 4,48 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 5,51 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 4,47 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 0,09 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 59,36 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 0,98 bilhões**

R\$ Milhões

Por Órgão	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.522,09	3.021,00	49,69%	82,05%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	717,26	473,89	51,36%	13,02%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	271,97	265,54	2,42%	4,93%
Total:	5.511,31	3.760,43	46,56%	100%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o aumento, em relação ao último trimestre de 2022 em 51,36% no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) — decorrente de recursos de despesas de custeio além do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), que apresentou aumento de 49,69% em relação ao último trimestre do exercício anterior, em virtude de despesas financeiras.

➤ **Créditos a Curto Prazo:**

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
TOTAL - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	418,02	3.583,78	-88,34%	
CREDITOS A CURTO PRAZO	2,15	1.741,71	13,63%	100%
CLIENTES	2,15	5,65	-61,95%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	1.738,27	15,08%	-
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-	(2,21)	531,43%	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	415,87	1.842,07	-77,42%	100%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	78,09	247,88	-68,50%	18,78%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	8,54	186,62	16,28%	2,05%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	9,26	16,42	-95,42%	2,23%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		-	-	
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	319,98	1.392,02	-77,01%	76,94%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO		(0,87)	0%	-

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 6,97% refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 418,02 milhões**, diminuindo 88,34% com relação ao último trimestre de 2022.

Quanto ao item **Empréstimo e Financiamentos Concedidos**, em virtude da nova estrutura desde o dia 1º de janeiro de 2023, não constam mais saldos nessa conta, uma vez que nem o INCRA, nem o Fundo de Terras se vinculam ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	78,09	247,88	-68,50%	100%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	32,34	20,06	61,22%	41,41%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	27,56	82,53	-66,61%	35,29%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,12	0,04	200%	0,15%
SALÁRIOS E ORDENADOS	0,86	12,27	-92,99%	1,10%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	-	82,11	-	-
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	0,35	1,31	-73,28%	0,45%
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇO	0,16	0,16	0%	0,21%
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	-	29,19	-	-
ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIA LEGAL	-	5,46	-	-
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	16,69	14,76	13,08%	21,37%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	319,98	1.392,02	-77,01%	100%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	12,03	371,87	-96,76%	3,76%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	307,95	1.020,15	-69,81%	96,24%

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	20,19	20,27	-0,39%	6,31%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	19,69	21,42	-8,08%	6,15%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	280,10	500,78	-44,07%	87,54%
Total	319,98	542,47	-41,01%	100%

O saldo do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) apresentou redução significativa em relação ao último trimestre de 2022, na ordem de 44,07%, oriundos de valores relativos a termos de execução descentralizada (TED's). Ainda sobre esse instrumento de repasse, considerando todos os órgãos, é importante enfatizar que os TED's respondem por 95,52% dos recursos presentes na conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Intra OFSS no âmbito do MAPA. Essa última, é responsável por 96,24% dos valores contidos em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo. Apesar da significativa redução, o MAPA responde por 87,54% dos Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

➤ Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
ESTOQUES	64,95	179,68	-63,85%	100%
MERCADORIAS PARA REVENDA	3,82	123,07	-96,90%	5,88%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	3,16	2,74	15,33%	4,87%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0,35	0,35	0%	0,54%
MATERIAIS EM TRANSITO	-	0,10	--	-
ALMOXARIFADO	50,24	46,38	8,32%	77,35%
OUTROS ESTOQUES	7,38	7,05	4,68%	11,36%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 1,08% refere-se a Estoques que, no último primeiro trimestre de 2023, apresentou saldo de R\$ 64,95 milhões e diminuiu significativamente em 63,85% com relação ao último trimestre de 2022. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2023	Dez/2022	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	16,84	14,60	15,34%	25,93%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	48,11	41,35	16,35%	74,07%
Total	64,95	55,95	28,56%	100%

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **EMBRAPA**, que representa 74,07% de todo o grupo e aumentou 16,35% em relação ao último trimestre de 2022 e se concentra no almoxarifado.

B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.511,73	261.628,34	-95,60%	100%
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.353,65	26.725,04	3,94%	55,19%
Investimentos	7,77	14,06	0,21%	0,07%
Imobilizado	5.050,93	234.754,32	0,03%	43,88%
Intangível	99,37	134,91	9,82%	0,86%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 11,51 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 95,95% e seu saldo aumentou 65,77% com relação ao último trimestre de 2022.

➤ Ativo realizável a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.353,65	26.725,04	-76,23%	100%
CREDITOS A LONGO PRAZO	5.917,59	16.761,68	-64,70%	93,14%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	436,06	9.963,36	-95,62%	6,86%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	-	-	-	-

Céditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	5.917,59	16.761,68	-64,70%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.716,24	16.421,43	-65,19%	96,60%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201,35	201,38	-0,01%	3,40%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	-	138,87	0%	-
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	-	0,03	0%	-

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	5.716,24	7.007,86	-18,43%	100%
Total	5.716,24	7.007,86	-18,43%	100%

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram decréscimo da ordem de 18,43% em relação ao último trimestre de 2022, por conta da saída dos demais órgãos do MAPA, em virtude da reestruturação dos órgãos federais em 01/01/2023. Conseqüentemente, o **Funcafé** passou a constituir a totalidade da concessão dos empréstimos.

Relativo ao **Funcafé**, os limites anuais do crédito de custeio para o cafeicultor são de até 3 milhões de reais. Já para as cooperativas de produção, nessa mesma linha de crédito, esse limite vai até 50 milhões de reais. Há um limite individual de R\$ 500.000,00 por associado ativo da cooperativa de produção a ser observado. Outra linha de crédito disponibilizada é o crédito de comercialização, que atende cafeicultores com recursos de até R\$ 4,5 milhões de reais, enquanto que para as cooperativas de produção esse limite corresponde a 50% da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, por cooperativa de produtores rurais que beneficie ou industrialize o produto. No crédito para cooperativa de produção deve ser observado o limite de R\$4,5 milhões/associado ativo.

Respeitado o limite de 50% da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, são também disponibilizadas linhas de financiamento para aquisição de café – FAC, esta serve para a indústria torrefadora de café, indústrias de café solúvel, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exerçam as atividades de beneficiamento, torrefação ou exportação de café, no limite de até 40 milhões de reais. Outras linhas de crédito para capital de giro, operações em mercados futuros ou contratos de opções, ou ainda para recuperação de cafezais danificados são ofertadas. No entanto, todas elas seguem as normas da Resolução CMN nº 5.025, de 29/06/2022, no que tange ao crédito rural. Essa Resolução segue o previsto no art. 6º da Lei nº 10.186/2001, que estabelece as condições de concessão dos financiamentos amparados com recursos do Funcafé.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	364,90	395,61	-7,76%	83,68%
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	69,71	72,31	-3,60%	15,99%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	1,45	1,45	0%	0,33%
Total	436,06	9.963,35	-95,62%	100%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	14,59	9.443,86	1,54%	100%
CRED A RECEBER POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	7,26	12,38	0,32%	0,13%
DUPLICATAS E TÍTULOS EM CONTENCIOSO	5,83	6,59	1,85	0,07%
CRÉDITOS PARCELADOS	1,50	16,61	11,48%	0,18%

A conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** sofreu forte redução de 95,62% oriundo da saída de órgãos como o **INCRA**, que respondia por mais de 80% do total da rubrica no último trimestre de 2022. Portanto, no que diz ao volume de recursos desse item, a **EMBRAPA** é responsável por 83,68%.

No que diz respeito aos créditos a receber oriundos de infrações aplicadas nas fiscalizações promovidas pelo MAPA, conforme apontado em auditoria promovida pela Controladoria Geral da União (CGU), houve a cobrança por parte dos setores que aplicam essas infrações para que possam sistematizar o processo de registro desses créditos de modo que os valores a receber sejam de fato registrados no SIAFI, espelhando faticamente a situação desses valores que devem figurar no ativo do Ministério. Atualmente, algumas providências já estão sendo tomadas, portanto, estão em fase de andamento, inclusive as ações constam do processo SEI aberto no âmbito do MAPA sob o número 21000.126050/2022-18.

- **O Imobilizado** é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- **Os Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº006](#).

C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	1.584,09	2.829,00	-44,01%	100%
Demais Obrigações a Curto Prazo	218,59	1.195,13	-81,71%	13,80 %
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	824,93	996,76	-17,24%	52,08%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	4,98	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	446,22	443,21	0,68 %	28,17%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	94,27	167,10	-43,58%	5,95%
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,08	21,81	0,37%	0%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 2,57 bilhões**, o Passivo Circulante representa 61,71% e seu saldo no total de R\$ 1,58 bilhão representou uma significativa redução da ordem de 44,01% com relação ao último trimestre de 2022.

No que diz respeito às demais obrigações a curto prazo, que sofreu uma forte redução de 81,71%, cabe ressaltar que a EMBRAPA é responsável por 69,87% do total dos valores apresentados. Esses valores são oriundos de adiantamento de clientes.

Outra conta do passivo circulante que merece destaque, devido a sua alta taxa de variação apresentada, quando comparada ao último trimestre de 2022, é a dos fornecedores e contas a pagar no curto prazo, que também sofreu redução de 43,58%.

Ainda referente ao Passivo Circulante, e com maior grau de importância, dado seu quantitativo expressivo, muito embora sofrendo menor variação, são as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, que representam o montante de 52,08% do total de todo o passivo circulante do primeiro trimestre de 2023.

- **Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:** são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº001](#);

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	982,70	2.380,34	-58,72%	100%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0%	32,14%
Provisões a Longo Prazo	666,84	1.143,64	-41,69%	67,86%
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	920,83	-	-

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 2,57 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 38,29% e seu saldo no total de R\$ 982,70 milhões decresceu em 58,72% quando comparado ao último trimestre de 2022.

O subgrupo **Provisões a Longo Prazo**, apresentou redução de 41,69% em relação ao último trimestre de 2022. No entanto, como indica a tabela, os valores contidos nessa conta representam 67,86% do total do Passivo Não Circulante. Cabe ressaltar que a maior parte desse montante corresponde aos registros dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 por parte da EMBRAPA relativos a planos previdenciários e planos de saúde.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo:** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#);
- **As Provisões a Longo Prazo:** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº003](#);
- **Demais Obrigações a Longo Prazo:** não constam saldos a longo prazo em virtude de, com a reestruturação dos órgãos federais, a CONAB, que respondia pela totalidade desses saldos, não está mais vinculada ao MAPA.

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.104,10	3.406,90	-8,89%	20,78 %
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	24,37	17,43	39,82%	0,16%
Reservas de Capital	-	0,01	-	0%
Reservas de Lucros	-	43,92	-	-
Demais Reservas	-	12,76	-	0%
Resultados Acumulados	11.811,13	263.987,06	-95,53%	79,06 %
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.939,60	267.468,08		100%

Resultados Acumulados:

Órgão	Mar/2023	Dez/2022	AH%	AV%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	4.441,82	10.228,39	-56,57%	38,63%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	9.936,15	9.336,15	0%	86,42%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	(2.881,06)	(3.004,63)	-4,11%	-25,05%
Total	11.496,91	16.559,91	-30,57%	100%

O órgão com maior relevância é o **Funcafé** que representa 86,42% do total da conta.

Com efeito, notadamente, assim como foi com relação ao ativo, a reestruturação dos órgãos federais provocou impacto nas contas do passivo do Ministério da Agricultura e Pecuária com significativas reduções em seus saldos, o que refletiu nos números apresentados em todo o Balanço Patrimonial.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º Trimestre de 2023, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 410,13 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo, tendo um decréscimo de 15,08% em relação a dezembro de 2022.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ Milhões

COMPOSIÇÃO	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
<u>Circulante (Curto Prazo)</u>	94,27	167,10	-43,59%
Nacionais	94,23	167,10	-43,61%
Estrangeiros	0,04	-	-
<u>Não Circulante (Longo Prazo)</u>	315,86	315,86	-
Nacionais	315,86	315,86	-
Total	410,13	482,96	-15,08%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 43,59%.

Para os Fornecedores e Contas Pagar, tanto de Curto como de Longo Prazos, os saldos relevantes são os de Fornecedores Nacionais.

O saldo de contas a pagar a credores estrangeiros refere-se à importação, pela Embrapa, de Espectrofotômetro UV-1900i (Exportador SHIMADZU – Uruguai).

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os saldos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/03/2023, por órgão contratante.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

COMPOSIÇÃO	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	AV (%)
EMBRAPA	25,78	-	25,78	6,28%
MAPA	68,49	-	68,49	16,70%
FUNCAFÉ	-	315,86	315,86	77,02%
	94,27	315,86	410,13	100,00%

No âmbito do Mapa, o FUNCAFÉ é responsável por 77,02% do total das obrigações, referente a obrigações de Longo Prazo com fornecedor **Banco do Brasil SA**.

O valor de R\$ 315,86 milhões (**sem correção monetária**) registrado no exercício de 2013 trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região e o processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, está concluso para sentença.

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 31/03/2023, estão discriminados os fornecedores de curto prazo mais significativos do Mapa com seus respectivos saldos e o órgão contratante.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo – Por Fornecedor.

R\$ Milhões

FORNECEDORES	ÓRGÃO	31/03/2023	AV (%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	MAPA	60,02	63,67%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	EMBRAPA	7,65	8,11%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	EMBRAPA	6,67	7,07%
DEDETIZADORA ROMAR LTDA	MAPA	1,26	1,33%
BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	MAPA	1,17	1,24%
PYXISINFO TECNOLOGIA LTDA	EMBRAPA	0,56	0,59%
S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCACOES - EIRELI	EMBRAPA	0,52	0,56%
FORCA E APOIO SEGURANCA PRIVADA LTDA	MAPA	0,46	0,48%
SEGUROS SURA S.A.	EMBRAPA	0,40	0,42%
HITSS DO BRASIL SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA.	MAPA	0,37	0,39%
Demais Fornecedores		15,20	16,12%
Total		94,27	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação à obrigação com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 60,02 milhões - equivalente a 63,67% das obrigações de curto prazo do MAPA e 14,64% de todas as obrigações - refere-se a atividades de gestão operacional para execução de contratos de repasse com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA.

R\$ Milhões

FORNECEDOR	ÓRGÃO	Unidade Gestora	Valor
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	MAPA	130141 - CONTROLE ORCAMENT.DE PARCERIAS E TARIFAS -SDI	3,91
		420013 - SECRET.DE INOV.,DESENV.SUSTENT.,IRRIG. E COOP	56,12
Total			60,02

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/03/2023, no órgão do Mapa, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 2.736,99 milhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2023, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Serviços	1.437,44	3.365,78	-57,29%	52,52%
Empréstimos e Financiamentos	1.204,80	1.205,05	-0,02%	44,02%
Fornecimento de Bens	83,57	126,13	-33,75%	3,05%
Demais	7,75	14,41	-46,25%	0,28%
Aluguéis	1,84	9,52	-80,63%	0,07%
Seguros	1,60	15,13	-89,44%	0,06%
Total	2.736,99	4.736,02	-42,21%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais do Mapa diminuíram 42,21% com relação a dezembro de 2022. Todas as rubricas diminuíram devido à desincorporação de órgãos. As rubricas mais representativas são Serviços, que representa 52,52% do total das obrigações assumidas pelo Ministério e Empréstimos e Financiamentos que soma 44,02% do total.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	31/03/2023	R\$ Milhões AV (%)
MAPA	1.214,32	44,37%
FUNCAFÉ	1.208,88	44,17%
EMBRAPA	313,79	11,46%
Total	2.736,99	100,00%

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/03/2023. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 44,37% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referentes a Serviços. E o **FUNCAFÉ**, com 44,17% do valor total, sendo a maioria - 99,66% - referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	31/03/2023	AV (%)	ÓRGÃO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	358,40	13,09%	MAPA
BANCO BRADESCO S.A.	200,31	7,32%	FUNCAFÉ
BANCO MUFG BRASIL S.A.	151,46	5,53%	FUNCAFÉ
BANCO DO BRASIL SA	116,88	4,27%	FUNCAFÉ
BANCO CITIBANK S A	90,83	3,32%	FUNCAFÉ
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	3,29%	FUNCAFÉ
CAST INFORMATICA S/A	83,18	3,04%	EMBRAPA
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	72,32	2,64%	FUNCAFÉ
BANCO FIBRA SA	67,72	2,47%	FUNCAFÉ
COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVAR LTDA. - SICOOB CREDIVAR	57,00	2,08%	FUNCAFÉ
MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	53,85	1,97%	MAPA
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	1.394,90	50,96%	
Total	2.736,99	100,00%	

A tabela 03 relaciona os contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/03/2023. O contrato com valor mais expressivo é o da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$358,40 milhões, que representa 13,09% de todas as obrigações contratuais do MAPA, seguido dos contratos com os bancos BRADESCO, MUFG BRASIL S.A, DO BRASIL S A, CITIBANK S A e RABOBANK INTERNATIONAL que somam 23,73% de todas as obrigações contratuais do MAPA e 53,74% das obrigações contratuais assumidas pelo FUNCAFÉ .

Nota nº 003 - Provisões

Em 31 de março de 2023 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 666,84** (seiscentos e sessenta e seis milhões e oitocentos e quarenta mil reais) relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 1º trimestre 2023.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Provisões a curto prazo	0	0	0%
Provisões a longo prazo	666,84	1.143,64	-41,69%
Total	666,84	1.143,64	-41,69%

O saldo de provisões é todo composto por **provisões de longo prazo** e a EMBRAPA é responsável pelo total destas provisões com a saída da CONAB da pasrta do MAPA.

\os tipos de provisões são detalhados na tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	R\$ Milhões		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Riscos Trabalhistas	105,28	377,75	-72,13%
Matemáticas	0	6,79	-100%
Riscos Fiscais	0	15,80	-100%
Riscos Cíveis	3,96	48,78	-91,88%
Outras	557,60	694,52	-19,71%
Total	666,84	1.143,64	-41,69%

A Embrapa registrou Outras Provisões a Longo Prazo no primeiro trimestre de 2023 na ordem de R\$ 557,60 milhões referente as provisões dos planos previdenciários (CERES), planos de saúde (CASAEMBRAPA) relativos ao exercício de 2022 e as despesas projetadas para 2023, conforme Relatório de Resultados Atuarias emitidos pela empresa Atest Consultoria Atuarial.

As informações seguintes foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa:

EMBRAPA:

Risco Provável: Foi registrado no órgão da Embrapa a Provisão a Longo Prazo, o saldo apresentado na conta foi de R\$ 666,84 conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a **Tabela – Benefícios Pós Emprego**. A variação de 22,53 em relação a dezembro de 2022 é proveniente principalmente pelo aumento das ações trabalhistas com risco provável e pelos rendimentos dos depósitos judiciais de natureza tributária .

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	105,28	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação/Teto salarial

Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	3,96	Anulação de ato administrativo

Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	20,48	Encargos Previdenciários

Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	246,30	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF

TOTAL 376,02

Risco possível

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, re-enquadramento funcional, dano material e moral, ações que tratam do pagamento de premiação decorrente do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional de 2019 e outros somam o montante total de R\$ 158,54. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações.

Provisões a Longo Prazo – Composição (31/03/2023) – Benefícios Pós Emprego

No órgão da Embrapa foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego	290,82	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial

R\$ Milhares

No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, no tocante a Embrapa existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de março de 2023, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 5,050 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um decréscimo de 97,85% em relação ao 4º trimestre/2022. Esse decréscimo se deve, principalmente, pela desincorporação do Órgão Incra, dada por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023, que estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o exercício de 2023 e para o exercício de 2022.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

R\$ Milhões

	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Bens Móveis	874,61	1.168,13	-25,13%
(+) Valor Bruto Contábil	2.009,05	2.541,38	-20,95%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.111,02)	(1.346,44)	-17,48%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(26,81)	-12,64%
Bens Imóveis	4.176,32	233.586,20	-98,05%
(+) Valor Bruto Contábil	4.574,06	234.229,79	-98,21%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(397,73)	(643,59)	-46,43%
Total	5.050,93	234.754,32	-97,85%

*R\$ 223.726 milhões em bens imóveis, líquidos de depreciação, pertencentes ao órgão Incra, foram desincorporados pela MP nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2023 totalizavam em **R\$ 874,61 milhões**, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

R\$ Milhões

Bens Móveis - Composição	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	989,53	1.096,55	-9,76%
Bens de Informática	399,52	510,49	-21,74%
Veículos	346,88	475,44	-27,04%
Móveis e Utensílios	208,65	256,83	-18,76%
Demais Bens Móveis	30,69	107,69	-71,50%
Bens Móveis em Almoxarifado	0,17	55,77	-99,69%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29,02	33,63	-13,71%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,54	4,55	-0,35%
Bens Móveis em Andamento	0,01	0,42	-98,79%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.111,02)	(1.346,44)	-17,48%
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(26,81)	-12,64%
Total	874,61	1.168,13	-25,13%

No fechamento do 4º trimestre de 2022, no grupo Bens Móveis, consta registrado um valor de R\$ 18,43 milhões à conta de Bens Não Localizados. Com o desmembramento do órgão Mapa, no final do 1º trimestre/2023 este valor diminuiu para R\$ 14,79 milhões.

No Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, com as respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados. Estes bens são oriundos do Ministério da Pesca.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/03/2023, totalizavam R\$ 4,176 bilhões, líquidos de depreciação/amortização. Houve um decréscimo de 98,21% em relação ao período de 31/12/2022, ocasionado pelo desmembramento do órgão MAPA, com destaque para a saída do órgão Inkra, com valor em bens móveis de R\$ 223,726 bilhões, representando 97,52% do decréscimo, distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		EMBRAPA		TOTALS		AV%
Contas	Mar/23	Dez/22	Mar/23	Dez/22	Mar/23	Dez/22	Mar/23
Bens de Uso Especial	3.631,16	9.103,96	523,30	522,98	4.154,47	231.388,22	99,48%
Bens Dominicais	0	0	0	0	0	1.814,94	0%
Bens Imóveis em Andamento	16,05	86,95	66,750	65,80	82,81	638,48	1,98%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	3,07	23,50	214,63	214,86	217,70	250,34	5,21%
Instalações	21,75	21,64	97,33	96,736	119,08	133,38	2,85%
Demais Bens Imóveis	0	0	0	0	0	4,44	0%
Depr./Amort. Acum Bens Im	(7,63)	(8,63)	(390,107)	(383,87)	(397,73)	(643,59)	-9,52%
Total	3.664,42	9.227,43	511,90	516,51	4.176,32	233.586,20	100%

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

Bens Imóveis – Composição	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Bens de Uso Especial	4.154,47	231.388,22	-98,20%
Bens Dominicais	0,00	1.814,94	-100,00%
Bens Imóveis em Andamento	82,81	638,48	-87,03%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	217,70	250,34	-13,04%
Instalações	119,08	133,38	-10,72%
Demais Bens Imóveis	40,00	4,44	800,90%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-397,73	-643,59	-38,20%
Totais	4.176,32	233.586,20	-98,21%

R\$ Milhões

Os BENS DE USO ESPECIAL representam 99,48% do total de bens imóveis, perfazendo o montante de **R\$ 4,154 bilhões** a valores brutos. De acordo com a tabela ao lado apresentaram um decréscimo de 98,20% em relação ao exercício de 2022.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, são constituídos conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Complexos, Fábricas e Usinas	1.603,46	1.663,68	-3,62%
Edifícios	901,33	1.181,62	-23,72%
Terrenos, Glebas	336,26	124.992,05	-99,96%
Imóveis Residenciais e Comerciais	94,55	103,02	-8,22%
Fazendas, Parques e Reservas	35,23	95.716,71	-99,73%
Imóveis de Uso Educacional	0,54	0,54	0%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.183,09	2.097,32	-43,59%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	0	5.471,30	-100%
Autarquias/Fundações	0	750,75	-100%
Represas/Açudes	0	555,86	-100%
Ilhas	0	567	-100%
Outros Bens Imóveis Registrados	0	194,39	-100%
Armazéns/Galpões	0	121,04	-100%
Laboratórios/Observatórios	0	41,88	-100%
Salas	0	9,32	-100%
Portos/Estaleiros	0	3,37	-100%
Cemitérios	0	1,99	-100%
Postos de Fiscalização	0	0,56	-100%
Presídios/Delegacias	0	0,21	-100%
Totais	4.154,47	231.388,22	-98,20%

Após a saída do INCRA e da Pesca da pasta do MAPA, várias contas do grupo Bens de Uso Especial foram zeradas, conforme detalhado no quadro ao lado. Agora, a conta com maior destaque é a "Complexos, Fábricas e Usinas", representando 38,60% do grupo. As contas "Terrenos e Glebas" e "Fazendas, Parques e Reservas", que eram a mais representativas, caíram 99,96% e 99,73% especialmente pela saída das 30 Fazendas, 43 Parques e 49 Reservas do INCRA.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/03/23	31/12/22
MAPA	1,267	1,267
Total	1,267	1,267

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/03/23	31/12/22
EMBRAPA	18,186	18,186
MAPA	0,027	0,027
Total	18,213	18,213

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ milhões

ÓRGÃO	31/03/23	31/12/22
MAPA	130,036	13,026
Total	130,036	13,026

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens nos seguintes Órgãos:

- Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa;
- Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará; e
- Distritos de Meteorologia de alguns estados,.

As demais unidades do órgão subordinado **Mapa** não fizeram os ajustes anteriores no ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e **CEPLACs**, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
R\$ milhões	
MAPA	23,42
Total	23,42

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Ministério da Agricultura e Pecuária vem trabalhando na implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, conforme instituído pela Portaria nº 232 de 02 de junho de 2020, cujo prazo para termino da implantação é 1º de julho de 2023, conforme Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2022.

"Art. 7º-A Fica definido, em caráter excepcional, após avaliação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o prazo máximo de 1º de julho de 2023, para que os órgãos e as entidades que ainda não implementaram o Siads adotem as providências necessárias à sua implantação."

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Merece destaque a significativa redução do item “Depreciação Acumulada de Imóveis” de 37,26% ocorrida no período analisado, decorrente de ajuste contábil realizado em junho após conciliação realizada entre o saldo contábil registrado no Siafi e o saldo da depreciação do SPIUnet. O reconhecimento dessa redução impactou diretamente o patrimônio líquido da União, por meio de ajustes de exercícios anteriores.

Também é possível observar o efeito do ajuste contábil da “Depreciação Acumulada” na tabela “Bens de Uso Especial”.

(a.3) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.4) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº21003.000660/2018/78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e Manual SIAFI.

O Mapa como órgão subordinado não vem realizando a redução ao valor recuperável por falta de pessoal especializado na área de patrimônio.

O Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), e foi emitida a Nota Técnica 2023, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2022.

(a.5) Ajuste de Exercícios Anteriores – imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

	Movimento	R\$ Milhões AV%
BAIXA DE IMOVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUNET - ERRO DE CADASTRAMENTO	5.314,13	97,92%
ESTORNO DE REGISTRO DE DEPRECIACAO COM VALOR EQUIVOCADO	2,42	0,04%
FECHAMENTO MENSAL DA DEPRECIACAO DO SISTEMA SIADS (anos anteriores)	0,90	0,02%
BAIXA DE SALDO DE BENS IMOVEIS - ESPELHO DAGUA, EM VIRTUDE DA NAO CLASSIFICACAO COMO ATIVO. A BAIXA ESTA OCORRENDO DIRETAMENTE PELO SIAFI, EM DECORRENCIA DE PROBLEMAS OPERACIONAIS ENTRE O SPIUNET E SIAFI	109,94	2,03%
Outros ajustes	0,18	0,00%
Total	5.427,21	100,00%

Os ajustes de exercícios anteriores referentes à baixa de imóveis de uso especial no SPIUNET por erro de cadastramento representam 97,92% dos ajustes realizados nas contas de imobilizado, com destaque para as UGs 130023 (44,37%), 130122 (32,74%) e 130072 (12,52%).

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.

Em 31/03/2023, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 135,04 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2023 e 2022.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

	R\$ Milhões		
Intangível – Composição	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	112,52	111,12	1,26%
Software com Vida Útil Indefinida	75,05	74,77	0,37%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,28	0,28	0%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(53,30)	(53,20)	0,19%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	-	1,46	-100%
Total	135,04	134,92	0,09%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 4º Trimestre de 2022.

		R\$ Milhões	
Órgão	Conta Contábil	ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,28	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,11	-
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,34	0,85
	SOFTWARES – Vida Útil Definida em desenvolvimento	0,17	-
	SOFTWARES - Vida Útil Indefinida	0,28	-

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.

Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No primeiro trimestre de 2023, não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

Nota nº 006 - Investimentos

Atualmente os investimentos no **MAPA** são compostos somente pelas Participações Permanentes. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, órgãos que antes compunham os investimentos no MAPA, como a CONAB e o INCRA, migraram para o citado ministério.

Devido a isto, as Propriedades para Investimento e Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos não aparecerão nas próximas notas explicativas. As Participações Permanentes totalizam R\$ 7,78 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	31/03/2023	31/12/2022	R\$ Milhões AH (%)
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	5,92	20,68	-71,40%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,86	1,85	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00%
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	0,00	2,85	-100,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%
DEPRECIÇÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS- PROPRIEDADE	(0,00)	(0,85)	-100,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	(0,00)	(10,47)	-100,00%
Total	7,78	14,06	-44,71%

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição

Tabela 02 – Investimentos – Composição e Movimentação:

Investimentos	Saldo Inicial 31/12/2022	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo Final 31/03/2023
Participações Permanentes	20,68	0,00	(14,76)	0,00	5,92
Participações Permanentes Inter	1,86		0,00		1,86
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	(2,85)	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(0,85)	0,85	0,00	0,00	(0,00)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(10,47)	10,47		0,00	(0,00)
Total	14,07	11,32	(17,61)	0,00	7,78

Fonte: Siafi Hod 2023

(a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela a seguir apresenta a composição dos investimentos da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

Tabela 03 – Investimentos – Embrapa

R\$ Milhões

Conta	31/03/2023	31/12/2022	AH%	AV%
PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0,73	0,73	0,00%	8,59%
Provisão para Perdas Prováveis	(0,73)	(0,73)	0.00%	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	1,86	1,86	0,00%	21,76%
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	5,92	5,92	0,00%	69,65%
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	7,78	7,78	0,00%	100%

Fonte: Siafi Hod 2023 e 2022

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 04 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

R\$ MILHÕES

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2022	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2022
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI ⁽⁵⁾	Agricultura	5,28	4,74	-20,93	9,07
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG ⁽⁴⁾	Agricultura	0,00	0,01	59,65	3,93
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN ⁽³⁾	Agricultura	0,73	49,00	-4,59	-1,14

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das Empresas

Tabela 09 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:

R\$ MILHÕES

Entidade	Mar/2023	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Dez/2022
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,86	-	-	-	-	1,86
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
Total	2,59	0	0	0	0	2,59

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)

6.2) DEMOSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no primeiro trimestre de 2023 foi superavitário em 50% em comparação ao trimestre equivalente de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.309,24	10.313,49	-29%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.995,02	10.104,06	-31%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	314,23	209,43	50%

O Resultado Patrimonial do Período apresentou uma melhora de 50% em comparação com o mesmo período do exercício anterior, destacando-se o acréscimo de 149% dos juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos, referente aos empréstimos concedidos pelo órgão do Funcafé.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MAPA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. **O decréscimo de (29%) nas variações aumentativas ocorreram principalmente pelo desmembramento do órgão do Mapa, por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023.**

Milhões

	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.309,24	10.313,49	-29%	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3,76	15,20	-75%	0,05%
Taxas	3,76	15,20	-75%	0%
Contribuições	1,78	524,15	-100%	0,02%
Contribuições Sociais	1,69	518,32	-100%	0%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,09	5,83	-98%	0%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	14,43	55,31	-74%	0,20%
Venda de Mercadorias	0,85	21,49	-96%	0%
Vendas de Produtos	0,01	-	0%	0%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13,57	33,82	-60%	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	218,27	178,55	22%	2,99%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	79,15	31,76	149%	1%
Juros e Encargos de Mora	0,09	6,19	-99%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	4,38	3,69	19%	0%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	134,65	136,91	-2%	2%
Transferências e Delegações recebidas	6.955,80	8.789,70	-21%	95,16%
Transferências Intragovernamentais	6.941,97	8.721,65	-20%	95%
Transferências Intergovernamentais	-	0,70	0%	0%
Transferências das Instituições Privadas	-	3,19	0%	0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13,84	64,16	-78%	0%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	32,13	611,27	-95%	0,44%
Reavaliação de Ativos	0,20	0,23	-13%	0%
Ganhos com Alienação	0,88	16,54	-95%	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos	19,02	178,51	-89%	0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12,03	415,96	-97%	0%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	0,03	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	83,06	139,33	-40%	1,14%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,16	21,27	-99%	0%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,29	4,65	-94%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	82,61	113,41	-27%	1%

Fonte: Siafi 2023 e 2022

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

No primeiro trimestre de 2023, o grupo de “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” totalizou 3,76 milhões, representando 0,05% das VPA. Deste total, 100% foram relativas às taxas, do órgão Mapa, mas 1,65 milhão é referente a taxa de prestação de serviços oriundo da Pesca, pois a criação da nova unidade gestora naquele órgão ocorreu no final do primeiro trimestre, isto resultou parte dos ingressos desta receita da Pesca, no órgão do Mapa.

Contribuições

O grupo “Contribuições” perfaz R\$ 1,78 milhão no primeiro trimestre de 2023. Neste grupo as contribuições sociais tiveram um decréscimo de 99,67%, tendo em vista o desmembramento do órgão do Inkra para o MDA.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

No primeiro trimestre de 2023, o grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” alcançou R\$ 14,43 milhões, apresentando uma diminuição de (74%) em relação ao exercício anterior. O decréscimo destacou-se na rubrica de exploração bens, direitos e serviços, referente ao desmembramento dos órgãos da Conab e Serviço Florestal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

As receitas auferidas no subgrupo de Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos concedidos tiveram um aumento de 149%, proveniente do pagamento de parcelas de empréstimos e financiamentos concedidos pelo órgão do Funcafé.

Transferências e Delegações recebidas

A transferência Intragovernamental representa 95% do total das VPA, e é referente a cota recebida, sub-repasse recebido e movimentações de saldos patrimoniais. O MCASP diz: que esta rubrica é excluída na consolidação dos Entes.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

- a) No subgrupo de reavaliação de ativos a totalidade das reavaliações reconhecidas no primeiro trimestre de 2023, são de bens imóveis na Superintendência Federal de Agricultura de São Paulo e no Distrito de Meteorologia de Cuiabá.
- b) Os ganhos com alienação são referentes às alienações de investimento, semoventes e bens móveis no órgão da Embrapa, por meio de leilão.
- c) No primeiro trimestre de 2023, foram registrados R\$ 19,02 milhões na VPA “Ganhos com Incorporação de Ativos”, pelos órgãos do Mapa e Embrapa. O órgão do Mapa representa 84% do total da rubrica, referente ao recebimento de transferência financeira para atendimento de termo de descentralização (TED).
- d) Foram reconhecidos “Ganhos com a Desincorporação de Passivos” no valor de R\$ 12,03 milhões no primeiro trimestre de 2023, decréscimo de (97%) em relação ao exercício anterior. A variação diminutiva refere-se ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA, tendo em vista que este tinha o valor mais expressivo nesta rubrica no exercício de 2022.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo de “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” apresentou um decréscimo de (94%) relativo ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA, pois esta rubrica representa 100% do valor reconhecido em 2022 e, em 2023 o reajuste para perda ocorreu no órgão da Embrapa referente a reversão de perda de créditos, duplicatas e títulos em contencioso em conformidade com a recomendação da assessoria jurídica da Embrapa.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MAPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. **O decréscimo de (31%) nas variações diminutivas ocorreram principalmente pelo desmembramento do órgão do Mapa, por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023.**

	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.995,02	10.104,06	-31%	100%
Pessoal e Encargos	1.103,42	1.539,50	-28%	16%
Remuneração a Pessoal	823,24	1.106,25	-26%	12%
Encargos Patronais	261,41	361,58	-28%	4%
Benefícios a Pessoal	18,49	27,09	-32%	0%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,27	44,57	-99%	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	527,37	699,93	-25%	8%
Aposentadorias e Reformas	313,13	434,90	-28%	4%
Pensões	208,21	254,29	-18%	3%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6,04	10,74	-44%	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	211,08	323,43	-35%	3%
Uso de Material de Consumo	18,73	29,41	-36%	0%
Serviços	166,19	261,41	-36%	2%
Depreciação, Amortização e Exaustão	26,15	32,61	-20%	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7,58	1,82	316%	0%
Juros e Encargos de Mora	0,01	0,02	-50%	0%
Variações Monetárias e Cambiais	0,86	0,82	5%	0%
Descontos Financeiros Concedidos	0,74	0,44	68%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5,97	0,55	985%	0%
Transferências e Delegações concedidas	5.049,16	6.717,68	-25%	72%
Transferências Intragovernamentais	4.951,16	6.514,55	-24%	71%
Transferências Intergovernamentais	86,20	111,96	-23%	1%
Transferências ao Exterior	0,04			
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11,77	91,16	-87%	0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	69,74	733,37	-90%	1%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,10	0,27	-63%	0%
Perdas com Alienação	0,04	0,36	-89%	0%
Perdas Involuntárias	0,56	2,72	-79%	0%
Incorporação de Passivos	10,08	619,01	-98%	0%
Desincorporação de Ativos	58,97	111,01	-47%	1%
Tributárias	1,19	5,27	-77%	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,12	4,88	-77%	0%
Contribuições	0,08	0,39	-79%	0%
Custo - Mercadorias, Produtos Venda e dos Serviços Prestados	0,50	45,40	-99%	0%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,50	45,40	-99%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24,96	37,67	-34%	0%
Incentivos	0,03	0,44	-93%	0%
Subvenções Econômicas	-	8,52	100%/	0%
Constituição de Provisões	22,53	26,11	-14%	0%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2,40	2,60	-8%	0%

Fonte: Siafi 2023 e 2022

Pessoal e Encargos

No primeiro trimestre de 2023, as despesas com remuneração a pessoal e encargos totalizaram R\$ 1,103 bilhões, representando 16% dos valores da VPD, conforme detalhado na tabela a seguir:

Milhões

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Remuneração de Pessoal	278,37	544,88	823,24	75%
Encargos Patronais	52,94	208,47	261,41	24%
Benefícios a Pessoal	16,34	2,15	18,49	2%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	0,14	0,13	0,27	0%
Total	347,79	755,63	1.103,42	100%

A Remuneração de Pessoal representou 75% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total no primeiro trimestre de 2023 de R\$ 823,24 milhões, sendo que o órgão da Embrapa representou 66 % do valor total da rubrica.

O subgrupo "Benefícios a Pessoal" engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e não estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 18,49 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

Milhões

	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Auxílio Alimentação	8,91	0	8,91	48%
Auxílio Transporte	1,16	0	1,16	6%
Auxílio Moradia - RPPS	2,53	0	2,53	14%
Ajuda de Custo	0,25	0	0,25	1%
Auxílio Creche	0,79	0	0,79	4%
Sentenças Judiciais	0,01	0	0,01	0%
Retribuição em Serviços no Exterior	2,09	0	2,09	11%
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	0,33	0	0,33	2%
Auxílio Alimentação-RGPS	0,22	0	0,22	1%
Auxílio Transporte-RGPS	0,01	0,02	0,03	0%
Auxílio Creche-RGPS	0,04	2,13	2,17	12%
TOTAL	16,34	2,15	18,49	100%

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta, seja indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: Uso de material de consumo, Serviços e depreciação, amortização e exaustão.

As despesas com serviços representam 79% de todas as despesas reconhecidas neste grupo e totalizou em R\$ 166,19 milhões, a maior parte dos serviços esteve concentrado em serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, serviços técnicos profissionais, fornecimento de alimentação e serviço de água, esgoto, energia elétrica, gás, conforme planilha:

Milhões

	MAPA	EMBRAPA	Funcafé	TOTAL	AV%
Serviços de Apoio Adm, Técnico e Operacional	45,45	21,90	0	67,35	41%
Serviços Técnicos Profissionais	15,57	26,40	0	41,97	25%
Fornecimento de Alimentação	0	24,38	0	24,38	15%
Serviço de Água e Esgoto, Energia Elétrica, gás...	5,2	6,5	0	11,76	7%
Demais	12,53	8,16	0,10	20,76	12%
Total	78,74	87,35	0,10	166,19	100%

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

No grupo “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras”, o valor mais relevante referiu-se à rubrica de outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, representando 79% do valor do grupo, reconhecido no órgão da Embrapa, referente ao registro da atualização monetária dos resultados previstos na CVM nº 695/2012 e no IAS 19 (R1), para o plano de saúde patrocinado pela Embrapa (CASEMBRAPA).

Transferências e Delegações concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 5.049,16 milhões no primeiro trimestre de 2023, apresentando um decréscimo de (25%). O valor mais relevante neste grupo é a rubrica de Transferências Intragovernamentais referente aos repasses concedidos e sub-repasse concedido.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O subgrupo de Desincorporação de Ativos representa 74% do total do grupo. Os valores de desincorporação são referentes às devoluções de saldos não utilizados por “TED” e comprovações destes termos de descentralização, nos órgãos do Mapa, Embrapa e Funcafé.

Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

O grupo de “Custo de Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” evidenciou um decréscimo de 99%, neste primeiro trimestre de 2023, referente ao desmembramento do órgão da Conab para o MDA.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

- a) A rubrica de incentivos refere-se a bolsa de estudos no exterior e auxílios a pesquisadores no órgão da Embrapa;
- b) No exercício de 2023 não foi registrado nenhuma despesa com Subvenções Econômicas, pois os valores mais expressivos eram do órgão da Conab em 2022.
- c) No subgrupo de “Constituições de Provisões”, representa 90% do total do grupo e destaca-se as provisões para riscos trabalhista, riscos cíveis e outras provisões no órgão da Embrapa.

6.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Regime Orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “*pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre/2023 do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa da receita estimada e despesa fixada pela Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, LOA para o exercício financeiro de 2023.

O total da previsão atualizada das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 1º trimestre de 2023 é de R\$ 1,346 bilhões, cujas receitas realizadas são de R\$ 1,769 bilhões, referente à 131,39% de todas as receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 1º Trimestre de 2023.

EM R\$ MILHÕES

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receita Realizada
RECEITAS CORRENTES	246,74
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	2,98
Receitas de Contribuições	1,25
Receita Patrimonial	129,17
Receita Agropecuária	0,87
Receita Industrial	0,02
Receitas de Serviços	92,20
Transferências Correntes	-
Outras Receitas Correntes	20,25
RECEITAS DE CAPITAL	1.522,58
Operações de Crédito	-
Alienações de Bens	1,10
Amortização de Empréstimos	1.521,49
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
Total da Receita Realizada	R\$ 1.769,32

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital.

Assim, o total das Receitas Orçamentárias Primárias no 1º trimestre de 2023 foi de R\$ 1,769 bilhões.

EM R\$ MILHÕES

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	Receita Realizada
RECEITAS CORRENTES (I)	246,74
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	2,98
Receitas de Contribuições	1,25
Receita Patrimonial	129,17
Receita Agropecuária	0,87
Receita Industrial	0,02
Receitas de Serviços	92,20
Transferências Correntes	-
Outras Receitas Correntes	20,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	246,74
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.522,58
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	1,10
Amortização de Empréstimos (VII)	1.521,49
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	1,10
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 247,84

Fonte: Siafiweb 2023 - Extraído do SIAFIWEB – Março/2023.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital apresenta a dotação inicial de R\$ 18,361 bilhões. Assim, a despesa orçamentária foi atualizada para o valor de R\$ 17,202 bilhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 6,948 bilhões, equivalente a 40,39% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EM R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b – c)
MIN.AGRICULTURA	8.335,43	7.176,47	3.648,03	872,59	657,40	3.528,45
EMBRAPA	3.639,76	3.639,76	3.300,71	747,77	535,84	339,04
FUNCAFE	6.386,51	6.386,51	0,11	0,07	0,07	6.386,40
TOTAL	R\$ 18.361,70	R\$ 17.202,74	R\$ 6.948,85	R\$ 1.620,43	R\$ 1.193,31	R\$ 10.253,89

Fonte: Tesouro Gerencial Março/2023

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor apresentou, no primeiro trimestre, valor pago de R\$ 359,54 milhões, referente a 6,09% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores, mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	81,97	282,02	137,10	115,80	4,39	243,81
Pessoal e Encargos Sociais	3,66	4,13	3,14	3,11	-	4,68
Outras Despesas Correntes	78,30	277,89	133,96	112,69	4,39	239,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.721,43	3.301,65	322,85	243,74	475,58	5.303,76
Investimentos	2.262,53	2.544,10	92,99	13,88	16,68	4.776,07
Inversões Financeiras	458,90	757,54	229,86	229,86	458,90	527,69
TOTAL	2.803,40	3.583,67	459,95	359,54	479,96	5.547,56

FONTE: Balanço Orçamentário – Março/2022

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 499,52 milhões, referente a 53,64% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores, mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	65,06	500,61	493,60	0,18	71,89
Pessoal e Encargos Sociais	0,21	435,77	435,43	-	0,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64,85	64,84	58,18	0,18	71,34
DESPESAS DE CAPITAL	86,66	280,22	5,91	1,20	359,77
Investimentos	86,66	280,22	5,91	1,20	359,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	151,72	780,83	499,52	1,37	431,66

FONTE: Balanço Orçamentário – Março/2023

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o primeiro trimestre de 2023, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de **R\$ 1,769** bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de **R\$ 6,948** bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de **R\$ 5,179** bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não é agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada (R\$ 6.948,85) alcançou cerca de 40,39% da Dotação atualizada (R\$ 17.202,74) para o primeiro trimestre do exercício de 2023.

A realização de receitas no valor de R\$ 1,769 bilhões, no primeiro trimestre de 2023, alcançou 131,39% da previsão atualizada de arrecadação no valor de R\$ 1,346 bilhões.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	22000	72122, 74104,
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	93183
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	74901

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- ➔ Descentralizações Concedidas para o Órgão Superior Mapa: total de valores firmados de R\$ 777,55 milhões, sendo o valor de R\$ 694,66 milhões, representando 89,34%, do Órgão Ministério da Agricultura.
- ➔ Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior Mapa: total de valores firmados de R\$ 241,65 milhões, com valores expressivos na empresa Embrapa de R\$ 200,78 milhões, representando 83,09% do total firmado.

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MAPA	40,87	10,22	26,58	4,07	694,66	400,72	269,08	21,95
EMBRAPA	200,78	83,84	109,55	7,29	65,11	28,93	18,69	17,92
FUNCAFÉ	-	-	-	-	17,78	5,82	6,40	5,55
TOTAL	241,65	94,05	136,13	11,36	777,55	435,47	294,17	44,99

Fonte: Tesouro Gerencial 2023

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 18,361 bilhões, e no primeiro trimestre não ocorreu dotação adicional e também cancelamento e remanejamento, destacando a Dotação Inicial do Ministério da Agricultura no valor de R\$ 8,335 bilhões, representando 45,40%.

Em Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINÁRIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	8.335,43	-	-	-	-	8.335,43
EMBRAPA	3.639,76	-	-	-	-	3.639,76
FUNCAFE	6.386,51	-	-	-	-	6.386,51
TOTAL	18.361,70	-	-	-	-	18.361,70

Fonte: Tesouro Gerencial 2023

Portarias publicadas no 1º trimestre de 2023 que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 76, de 4 de abril de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 83, de 4 de abril de 2023	102g - Suplementação de RP 1 de despesas com pessoal e encargos sociais (LOA-2023, art. 4º, caput, inciso II)	EMBRAPA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 86, de 11 de abril de 2023	600 - Remanejamento de fontes de recursos	FUNCAFE
	Portaria SOF/MPO nº 27, de 3 de março de 2023	710 - Ajustes nas codificações orçamentárias decorrentes da necessidade de correção de erro de ordem técnica ou legal, ou adequação à classificação vigente (LDO-2023, art. 50, § 1º, inciso III, alínea "f").	SDI
	Portaria GM/MPO nº 13, de 15 de fevereiro de 2023	920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SFB
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SAP
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SAF
	Portaria GM/MPO nº 44, de 14 de março de 2023	920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	CONAB
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	INCRA
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SFB
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SAP
		920 - Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo	SAF

6.4) BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 1º trimestre de 2023, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 5,511 bilhões e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

Demonstração do Resultado Financeiro.

EM R\$ MILHÕES

	31/03/2023	31/03/2022	AH%
(+) Ingressos	17.832,36	21.911,92	-18,62%
Receitas Orçamentárias	1.769,32	1.646,50	7,46%
Transferências Financeiras Recebidas	6.496,21	8.620,20	-24,64%
Recebimentos Extraorçamentários	5.806,41	4.239,62	36,96%
Saldo do Exercício Anterior	3.760,42	7.405,59	-49,22%
(-) Dispêndios	12.321,05	14.094,84	-12,58%
Despesas Orçamentárias	6.948,85	5.810,30	19,60%
Transferências Financeiras Concedidas	4.511,67	6.410,47	-29,62%
Pagamentos Extraorçamentários	860,53	1.874,07	-54,08%
(=) Resultado Financeiro	5.511,31	7.817,08	- 29,50%

Fonte: Siafi Web 2023

Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 1º trimestre de 2023 com o mesmo período de 2022, observa-se da tabela acima um decréscimo de 29,50% no resultado.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

EM R\$ MILHÕES

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2023	31/03/2022	AH%
Saldo para o Exercício Seguinte	5.511,31	7.817,08	-29,50%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.511,31	7.817,08	-29,50%

Fonte: Siafi Web 2023

6.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades neste primeiro trimestre resultaram um superávit no valor de R\$ 5,511 bilhões, mas diminuiu 29,50% com relação ao mesmo trimestre de 2022, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

EM R\$ MILHÕES

Detalhamento	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	471,26	459,06	2,66%
Fluxo das Atividades de Investimento	1.279,63	-47,58	2.789,43%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.750,89	411,49	325,50%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.760,42	7.405,59	-49,22%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	5.511,31	7.817,08	-29,50%

Fonte: Siafi Web 2023

6.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa, já no início do exercício de 2023, apresentou um grande decréscimo de 92,42% em comparação com o exercício anterior, devido ao desmembramento do Mapa, por meio da Medida Provisória nº1.154, de 1º de janeiro de 2023, que retirou os órgãos INCRA, CONAB, Fundo de Terras e Serviço Florestal, além das pastas do desenvolvimento agrário e da pesca do Ministério da Agricultura e Pecuária.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

EM R\$ MILHÕES

DMPL	31/12/2022	Saldo Inicial 2023	AH % 22-23	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2023	AH % 2023
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.406,90	3.104,10	-8,89%	-	-	3.104,10	0,00%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	17,43	17,43	0,00%	6,94	-	24,37	39,82%
RESERVAS DE CAPITAL	0,01	-		-	-	-	
DEMAIS RESERVAS	12,76	-		-	-	-	
RESERVA DE LUCROS	43,92	-		-	-	-	
RESULTADOS ACUMULADOS	263.987,06	17.159,91	-93,50%	314,23	-5.663	11.811,13	-31,17%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-		-	-	-	
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-		-	-	-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	267.468,07	20.281,43	-92,42%			14.939,60	-26,34%

Fonte: Siafi Web 2023

7) Referências

7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição – Válido a partir de Nov 2021
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br > balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>